



DOSSIÊ

**1** *Relações de Identidade e de Memória em Alcântara (MA): Uma Leitura de sua Historicidade*  
*(Relations between Identity and Memory in Alcântara (MA): A Reading of its Historicity)*

*Alexsandro Mendonça Viegas*<sup>1</sup>

*Antonio Cordeiro Feitosa*<sup>2</sup>

1. Mestre em Cultura e Sociedade (PGCult) pela Universidade Federal do Maranhão e professor pesquisador do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). Email: alexbioviegas@gmail.com. ORCID: 0000-0002-3979-4739.

2. Professor Titular da Universidade Federal do Maranhão. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCult). Email: acfeitos@gmail.com. ORCID: 0000-0002-7750-1191.



**Resumo** – O enquadramento de bens naturais e culturais particulares e coletivos, como patrimônios regulados por jurisprudências pertinentes, é produto do processo histórico. O presente artigo é fruto de pesquisa realizada no município de Alcântara, Estado do Maranhão, com moradores da sede e dos povoados mais afetados pela implantação do Centro de Lançamento de Foguetes, com o objetivo de dimensionar sua percepção quanto aos impactos econômicos, sociais, ambientais e culturais desse processo. Os procedimentos metodológicos constaram de pesquisa bibliográfica, considerando os conceitos de Memória conforme Halbwachs (2008); de Identidade, Ricoeur (2018). Em conformidade com a natureza da pesquisa, foram aplicados questionários semiestruturados aos informantes-chaves, com aprovação do conselho de ética. Os resultados demonstram interpretações diversas, referente à perda do território e de seus recursos, como o fator negativo mais relevante, e de novas opções de trabalho, como o fator positivo mais destacado.

**Palavras-chave:** Impactos socioculturais; Quilombolas; Alcântara (MA).

**Abstract** – The consideration of private and collective natural and cultural goods as patrimony regulated by the pertinent jurisprudence is a product of the historical process. This article is the result of research carried out in the municipality of Alcântara, Maranhão state, with residents of the town and its neighboring communities affected by the Rocket Launch Center (RLC). Our main objective is to evaluate the perception of residents regarding its economic, social, environmental, and cultural impacts of this process. The methodological procedures comprised a bibliographical review considering the concepts of Memory according to Halbwachs (2008) and Identity Ricoeur (2018). In conformity with the research nature, we applied semi-structured questionnaires, approved by the Ethics Committee, to the key informants. Our results show diverse interpretations, clearly distributed as a function of age group and the degree of influence of the RLC in the affected region. Most of the interviewees refer the loss of territory and their resources as the most relevant negative factor, while the new work opportunities are considered the most positive factor.

**Keywords:** Sociocultural impacts; Quilombolas; Alcântara (MA).



## Introdução

A sociedade moderna coexiste, em muitos sítios rurais e urbanos, com a convergência das representações de símbolos históricos e modernos sob a ótica do enquadramento patrimonial, fruto da articulação entre as diversas concepções que vêm sendo atribuídas ao escopo da identidade e da memória.

A visão cultural apreendida pelo povo brasileiro no meio familiar e no sistema educacional é, em geral, resultado da cultura hegemônica europeia. De acordo com Haas (2017), o eurocentrismo marcou o que se conhece como “modernidade”, aniquilando culturas, codificando raças, conformando as diferenças e os impactos sofridos por todos os povos colonizados. Sob esta óptica, os índios e quilombolas eram considerados selvagens ou primitivos que necessitavam ser civilizados (LUCIANO, 2006).

Para os colonizadores, a introdução da cultura europeia no Novo Mundo representava a ascensão dos povos primitivos a um patamar de civilidade que lhes permitia uma vida alinhada aos valores hegemônicos da modernidade. Para Haas (2017, p. 99), tal modernidade responde por “mais de 500 anos marcados pela negação das culturas dos ameríndios enquadrando-os como subdesenvolvidos, necessita-

dos da civilidade própria do europeu”. Segundo Elias (1991), este processo civilizatório negava qualquer ligação com a “natureza animal” dos primitivos habitantes do Novo Mundo.

A dinâmica da vida e da organização social relativa aos saberes tradicionais vem permitindo uma análise diversa da lógica cultural amplamente difundida ao longo do tempo, contrariando a razão primitivista. Segundo Costa (2016, p. 31), o reconhecimento das tradições dos povos quilombolas, na Constituição de 1988, possibilitou nova perspectiva de reconhecimento identitário no âmbito “do movimento negro, passando os quilombolas a exigirem e articularem sua própria luta por demandas sociais específicas”.

Segundo Udry (2015, p. 15), o conhecimento tradicional evidencia a relação do homem com seu ambiente, em parte perpetuada por meio de manifestações orais ou escritas, em processos contínuos e dinâmicos que geram conhecimentos e se mantêm enquanto a relação permanece efetiva ou se expressa na evocação da memória, pois

o conhecimento tradicional é uma das facetas da evolução cultural que se manifesta na arte, no esporte, nas atividades e práticas artesanais, na criação de instru-



mentos de trabalho, nas práticas de cura, nos costumes de vestimenta e, inclusive, nos hábitos alimentares – respondendo pela segurança alimentar e nutricional dos povos e comunidades.

Situada estrategicamente entre a capital da província do Maranhão e o interior do Golfão, Alcântara sempre desempenhou papel primordial como centro de produção, de mediação do acesso e entreposto de circulação dos produtos exportados e adquiridos para as fazendas e os engenhos da interlândia, condição evidenciada pelos casarões históricos e mesmo pelas ruínas que atestam a pujança do seu passado e a notoriedade da expressão patrimonial de conteúdo arquitetônico e cultural.

No interior do território, as comunidades remanescentes das fazendas escravistas tiveram que se reestruturarem para garantir a sua sobrevivência após a abolição da escravatura, valendo-se da disponibilidade de recursos ambientais de terra firme, mediante o extrativismo e a cultura agrícola, e do mar, através da pesca artesanal por falta de capital e de tecnologia.

Ancorada na lógica capitalista, a ideia de progresso tinha como premissa a conexão do modelo de desenvolvimento baseado na economia e na tecno-

logia. Com essa lógica, o Brasil do século XX buscou o desenvolvimento apoiado na industrialização, portanto, na técnica e na tecnologia como ferramentas para reduzir sua dependência dos países desenvolvidos. Conforme Mota (2015, p. 2), a partir de meados deste século, muitos países latino-americanos adotaram estratégias de desenvolvimento baseadas no Nacional Desenvolvimentismo:

A intenção era reduzir as relações de dependência dos produtos manufaturados provenientes dos países mais desenvolvidos, como também atenuar as fontes de ‘atraso social’ com o predomínio do grande latifúndio, a pobreza e a grande concentração de renda no campo e nas metrópoles. Acreditava-se que o Estado deveria fazer investimentos diretos em infraestrutura e em algumas indústrias.

As estratégias políticas e econômicas adotadas com o final da ditadura militar, na década de 1980, e o vislumbre do desenvolvimento articulado com a jovem democracia que apregoava a liberdade e o consumo. Para Wallerstein (2007), esse viés capitalista apresenta ao mundo valores distorcidos, admitidos universais, na tentativa de defender interesses hegemônicos desse sistema-mundo moderno.



No presente artigo, discorre-se acerca da implantação de uma estrutura tecnológica em Alcântara, cuja proposta defendia os interesses nacionais para a inserção do país no cenário das tecnologias espaciais em paralelo com a redenção econômica das comunidades que viviam isoladas desde os tempos da abolição da escravatura, sem acesso a quaisquer políticas sociais efetivas.

Em face das ações empreendidas pelo CLA, algumas comunidades e muitas famílias foram impactadas com a expropriação de seus territórios e de suas práticas culturais e sociais, situação que interferiu, em graus variados, na formação da identidade (HALL, 2014; SILVA, 2014) e na memória ancestral, tanto do ponto de vista individual como no coletivo (RICOEUR, 2018; HALBWACHS, 2008).

A metodologia foi desenvolvida com apoio do método dedutivo, para o enquadramento teórico do estudo, e abordagem indutiva nos trabalhos de campo. Dentre as técnicas, foi priorizada a do informante chave, aplicada aos moradores dos povoados diretamente impactados pela implantação do Centro de Lançamento de Alcântara.

Foi elaborado e aplicado um instrumento de pesquisa na forma de entrevista semiestruturada, com oito perguntas abertas, buscando compreender o sen-

timento dos moradores, relativamente aos aspectos positivos e negativos, e sua percepção quanto à importância do empreendimento para os territórios das comunidades, as famílias, os indivíduos e a região.

### **Enquadramento da pesquisa**

As concepções sobre crescimento econômico e progresso surgiram com designação complementar até a década de 1970, quando entrou em pauta o desenvolvimento. Neste período, o progresso do Brasil estava focado na diversificação da indústria, abertura de novos mercados, desenvolvimento de novas tecnologias e na corrida espacial (PEREIRA, 2014). Buscava-se o progresso acelerado, sem estimar e equacionar os danos socioambientais impostos, decorrentes do modelo adotado, profundos fossos que já discriminavam as pessoas e impactavam as estruturas sociais.

Para Capra (1982, p. 39), o progresso foi defendido numa visão unilateral, numa situação tão paradoxal que beirava a insanidade, podendo-se “controlar os pousos suaves de espaçonaves em planetas distantes”, em paralelo com a incapacidade de “controlar a fumaça poluente expelida pelos” automóveis e fábricas. Propunha-se a “instalação de comunida-



des utópicas em gigantescas colônias espaciais”, mas sem condições de bem administrar as cidades. É fato que o crescimento econômico se configura um dos maiores inimigos do ambiente: aumenta a necessidade de matéria-prima, consome madeira, água, destrói a vida selvagem e alcança as pessoas que, desde tempos imemoriais, viviam em harmonia com a natureza, tendo sua noção relativizada quando se analisam os aspectos relacionados ao crescimento econômico:

A ideia de progresso depende do avanço razoável ou judicioso da razão; a realidade do desenvolvimento humano depende, por um lado, da superação da ignorância, da intolerância e da opressão, e de outro, do aumento do bem-estar, da redução da desigualdade política e econômica e da proteção do meio ambiente (PEREIRA, 2014, p. 06).

A implantação do Centro de Lançamento de Alcântara, também conhecido como Base Aérea de Alcântara, foi marcada por impactos socioambientais configurados no autoritarismo da desapropriação do território das comunidades quilombolas (IBAMA, 2006), e na opressão por restrições ao deslocamento dos moradores com as atenuantes de que os investi-

mentos compensariam os danos mediante a realocação das comunidades, esforço que foi demonstrado nos primeiros anos e negligenciado na continuidade, pela descontinuidade dos investimentos conforme o Relatório de Gestão da Agência Espacial Brasileira-AEB. Segundo Schmidt (2011, p. 60), essa ruptura e descontinuidade, notadamente a partir dos anos 1990, ocasionou atrasos nas contratações com a indústria, desmobilização de equipes e, “principalmente, um grande descompasso entre os programas associados aos centros de lançamento, veículos lançadores e satélites, definidos como eixos estratégicos centrais no processo de domínio do ciclo completo da tecnologia espacial”.

Acerca dos investimentos alocados no Centro de Lançamento ou Base Aérea de Alcântara, em palestra proferida pelo Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, no SEBRAE-MA, em 2017, foi evidenciada a drástica redução orçamentária ocorrida nas últimas décadas, particularmente a partir do ano de 2015.

A problemática referida coincide com o período posterior à realização de todos os deslocamentos de pessoas e investimentos em obras de construção do centro de lançamentos, das sete agrovilas e vilas de moradores da região, ficando evidente a necessidade



de se avaliar os impactos sociais e culturais impostos aos moradores e comunidades mais diretamente atingidas pelo empreendimento.

As comunidades impactadas consistiam em agrupamentos formados em diferentes escalas temporais, remontando ao período pré-colonial, quando das negociações entre os índios e os aventureiros europeus, com os franceses e como os portugueses na definição da aventura colonial (FEITOSA, 2020).

As ações dos colonizadores portugueses transformaram o espaço e a paisagem do território de Alcântara, antiga Tapuitapera, modelado e configurado pelos índios para a caça, a pesca e as práticas culturais do seu tempo, com a introdução de tratos culturais destinados a atender os interesses da Coroa Portuguesa, com o cultivo de arroz, cana de açúcar e algodão, utilizando mão-de-obra escrava, alojada em casas de fazendas com grandes contingentes sobrevivendo em condições precárias, tendo sua resiliência ancorada na identidade e nas memórias de sua cultura.

Com o impacto da falência das fazendas de escravos com suas práticas culturais de origem europeia pela abolição da escravatura, os escravos remanescentes apoiaram-se na memória das práticas culturais ancestrais, indígenas e africanas, para sobreviver da caça e da pesca, complementada com

práticas agrícolas insipientes, pecuária rudimentar e confecção de artefatos para melhorar a eficiência dos utensílios domésticos.

A implantação do Centro de Lançamento de Alcântara impactou, direta ou indiretamente, comunidades que ocupavam 60% do território do município, vivendo em estado gregário e cultuando a memória ancestral (RICOEUR, 2018, p. 21), pela perpetuação das práticas herdadas, “pois toda consciência é consciência de alguma coisa”, pela cultura da oralidade que os identificavam como pescadores e agricultores (WOODWARD, 2014, p. 13), “pelas reivindicações essencialistas” (SILVA, 2014, p. 74) da diferença entre as práticas, embora guardando traços étnicos e manifestações comuns.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), o enquadramento das povoações impactadas e de seus moradores e respectivos territórios como comunidades tradicionais motivou a estruturação de uma organização social apoiada na identidade coletiva, apesar das práticas culturais diferentes.

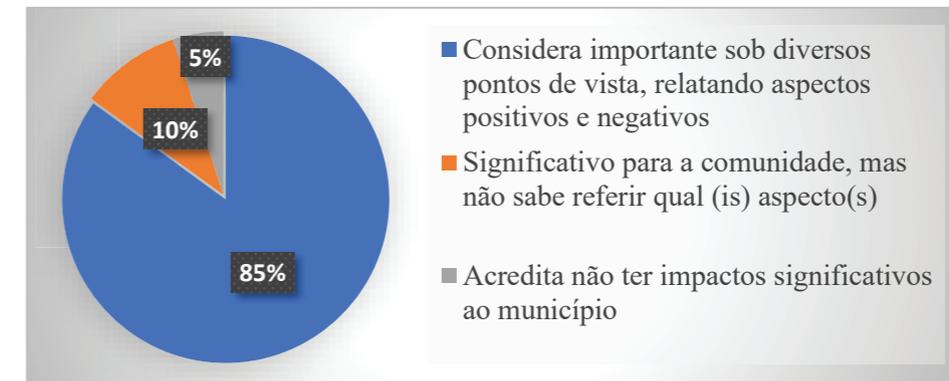
## Resultados e discussões

Sobre a percepção dos entrevistados em relação à presença da base aérea na comunidade, as manifes-

tações apresentaram caráter diverso, principalmente correlacionando-se as opiniões das pessoas residentes na sede do município e as que moram nos povoados, em especial as que passaram a residir nas agrovilas. Importante ressaltar que esse processo já tem mais de trinta anos e dos aproximadamente duzentos povoados do município apenas sete são agrovilas, ou seja, pessoas deslocadas pela base aérea na década de 1980.

Em relação à presença do CLA na comunidade, a maioria dos entrevistados (85%) considera importante sob diversos pontos de vista, alguns positivos e outros negativos. Um percentual menor (10%) referiu que o CLA tem importância para a comunidade, mas não soube dizer exatamente que importância era essa e o menor percentual (5%) referiu que a presença do CLA não tem nenhuma importância para o município (Gráfico 1). Como as pessoas entrevistadas eram de comunidades distintas, foi possível perceber diferentes pontos de vista das pessoas residentes na sede do município, em comparação com os que moram no interior, em especial nas agrovilas.

**Gráfico 1:** Percepção quanto à presença do CLA na comunidade



**Fonte:** Dados da pesquisa

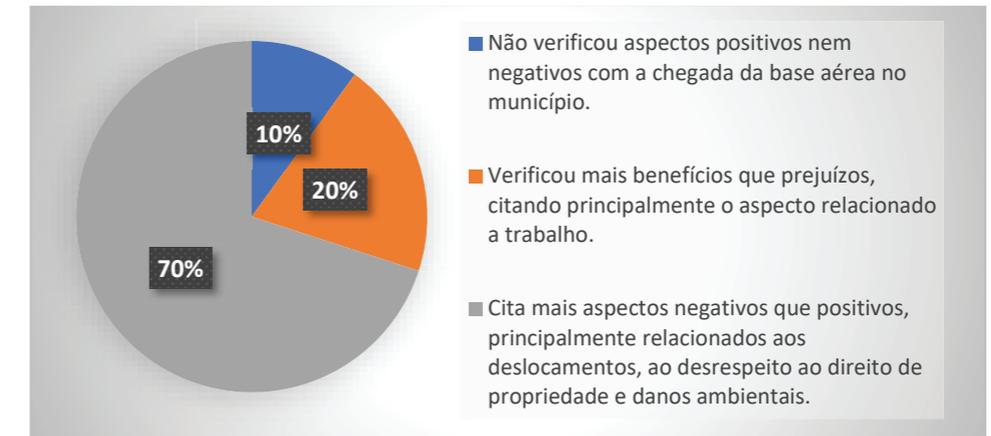
O sentimento de satisfação foi indicado para avaliar se o entrevistado observava mais pontos positivos ou negativos, ou mesmo se não detectava nenhum aspecto relevante, mantendo neutralidade quanto à presença do CLA. Como no primeiro questionamento, dependendo do local da moradia e, por vezes, em relação à faixa etária, as respostas foram bem distintas (Gráfico 2).

Verificou-se que expressiva maioria dos entrevistados (70%) citou mais aspectos negativos que positivos em relação ao critério satisfação, principalmente em função do desrespeito ao direito de propriedade e da proibição dos deslocamentos para as agrovilas e as comunidades, não respeitando os as-

pectos étnicos e culturais da população local. Esses relatos foram feitos, inclusive, em relação ao trato pessoal, salientando-se que eram tratados como inferiores e até com ameaças quanto ao exercício de sua cidadania.

Importante ressaltar que a princípio o acesso ao litoral pela região de implantação do CLA foi proibido, bem como o deslocamento de pescadores pela orla marítima na região em frente aos alojamentos foi bloqueado. Nas agrovilas inicialmente foi proibida a construção de novas casas. Após alguns anos e denúncias ao ministério público que solicitou a elaboração de laudos antropológicos, foram permitidos corredores de acesso ao mar e a construção de novas casas pelos moradores apenas com a autorização do comando do CLA, mas passou a ser possível quando ocorre a constituição de novos núcleos familiares, com casamentos de pessoas do local.

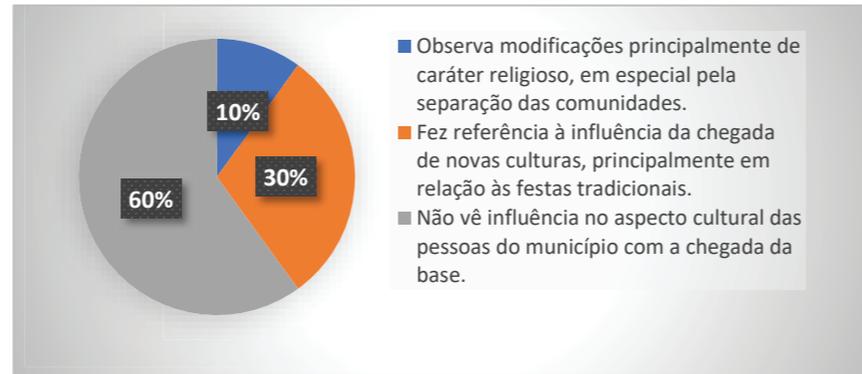
**Gráfico 2:** Percepção quanto à satisfação após a implantação do CLA



**Fonte:** Dados da pesquisa

Em relação à chegada do CLA ter influenciado de alguma maneira as festas religiosas e outras manifestações culturais do município (Gráfico 3), a maioria 60% referiram não identificar modificações significativas. Em geral foi relatado que, em momento algum, houve algum tipo de proibição de manifestações de qualquer natureza. Na região de Alcântara, é muito comum festas de Tambor de Crioula, clubes de Reggae, festa do Divino Espírito Santo, além de terreiros de candomblé. Todas essas festas e rituais ainda existem e não sofreram nenhum tipo de cerceamento.

**Gráfico 3:** Percepção de mudanças nas manifestações culturais



**Fonte:** Dados da pesquisa

Merecem destaque as respostas de moradores das agrovilas, referentes a algumas modificações, com 30% reconhecendo que seus festejos religiosos foram extintos em função do deslocamento que culminou com o afastamento das “terras de santo” e reduziu a “fartura de comida”, relatada pelos entrevistados, que praticavam a pesca, a agricultura e o extrativismo antes da chegada do CLA. Com o deslocamento para as agrovilas, o distanciamento do mar prejudicou a pesca, a falta de experiência agrícola e a baixa fertilidade da terra prejudicou a segurança alimentar.

O percentual de 10% dos entrevistados disse se sentirem incomodados com a chegada de outros hábitos alimentares e religiosos trazidos pelos “forasteiros” como a troca do alimento tradicional, o peixe

e o camarão pelo *fast food*, além da proliferação de outras práticas religiosas, como a construção de igrejas evangélicas de distintas denominações.

Sobre a ocorrência de impactos na vida das pessoas realocadas pelo CLA, dentre os entrevistados das sete agrovilas e de outras comunidades, a maioria dos entrevistados (90%) relataram que houve mais prejuízo do que benefícios em relação às pessoas transferidas para as agrovilas, em especial pelo fato de até o presente momento nunca terem recebido o título de posse de seus imóveis e por terem sido colocados em solo infértil. Os 10 % restantes acreditam que houve mudança para melhor em relação às pessoas que viviam no litoral e foram transferidas para as agrovilas.

É importante destacar que elevado percentual de residentes na sede do município tem parentes e amigos nas agrovilas, o que fortalece o sentimento de preocupação e de solidariedade com aqueles que, de alguma forma, foram atingidos pela presença do CLA. Dentre os pontos positivos listados, (10%), referiram-se à possibilidade de morar em casas de alvenaria, já que a maioria dos deslocados vivia em casas de palha ou de taipa, o acesso à água encanada, lavanderia e casa do forno, equipamentos de uso coletivo.

Os principais prejuízos relatados em relação aos

cidadãos deslocados foi a falta de título de posse das suas casas e glebas, a impossibilidade de aumentar o imóvel, o distanciamento do litoral e a infertilidade do solo na região ora habitada. Existiram muitos relatos de pessoas que referiram se sentirem traídas, pois a maioria das promessas do Governo não foram cumpridas.

O acordo inicial previa suporte técnico e financeiro para a agricultura, apoio na manutenção das bombas d'água, construção de escolas, cemitério, campo de futebol, salão de festas, igreja e postos de saúde em todas as agrovilas, indenização das benfeitorias do local de origem, apoio financeiro até a primeira produção agrícola nas agrovilas. Essas propostas pactuadas pelo CLA nunca foram cumpridas total ou parcialmente.

Em relação à percepção das transformações ocorridas nas comunidades, a maioria 60% entende que houve transformações equivalentes, havendo pontos negativos, mas vendo como positivo a oferta direta de trabalho no CLA, como secretárias e serviços gerais; muitos jovens que servem ao CLA, como soldados, apesar de ser limitado esse período, além de fontes de renda indiretas, como as casas alugadas para trabalhadores que vêm de fora e o venda de alimentos e material de consumo (Gráfico 4).

**Gráfico 4:** Importância das transformações na comunidade após o CLA



**Fonte:** Dados da pesquisa

Foi relevante a percepção da infraestrutura, com a melhoria da qualidade da estrada, MA 106, que dá acesso à sede do município, além dos ramais abertos para acesso aos povoados. O percentual de 30% relatou acreditar que o CLA trouxe modificações ao município, mas não sabe inferir quais seriam e, conseqüentemente, se são boas ou ruins, enquanto 10% não identificam modificações significativas no cotidiano.

Salienta-se que as respostas mais recorrentes à primeira pergunta indicam que as pessoas observaram mais aspectos negativos que positivos com a chegada do CLA, mas, no item seguinte, a maioria dos entrevis-



tados declarou ser importante a presença do empreendimento na região, o que suscita a ideia de que as pessoas não são, em sua maioria, refratárias à presença da entidade, mas à forma de condução dos processos.

Sobre a influência do Centro de Lançamento de Alcântara no cotidiano das pessoas do município, os moradores da sede fizeram referências a melhorias da estrada de acesso e principalmente pela possibilidade do uso do porto construído pelo CLA, já que uma grande parcela de pessoas da cidade viaja de barco para São Luís, diária ou semanalmente, para resolver problemas pessoais e de trabalho.

O índice de 40% dos entrevistados não reconheceu modificações significativas em seu dia a dia após a chegada do CLA, pois seu estilo de vida não sofreu alterações. Importante destacar que a fonte de renda da maioria das pessoas que vivem na sede é a prefeitura ou o turismo, o que atesta a pouca influência econômica da entidade na vida dessas pessoas, a não ser em relação a hospedagens. Um pequeno percentual declarou já ter trabalhado no CLA e por isso durante um tempo teve sua rotina alterada, além do ganho financeiro. Os donos de imóveis de aluguel referiram também ter tido um significativo ganho financeiro e fizeram investimentos no setor hoteleiro, principalmente à época do projeto Cyclone Space IV

com a Ucrânia.

Para 35% dos moradores entrevistados, o impacto negativo mais importante foi o processo de retirada das pessoas de suas comunidades, o que culminou com a implementação da pobreza e violência na região. Alguns moradores fizeram relatos de sentir seu território invadido e seus direitos negados pelo estado, além de referir sobre o comportamento autoritário e agressivo dos funcionários que vieram de outras regiões do país.

As abordagens na zona rural também tiveram relatos de tensão, principalmente pelo fato de que o primeiro contato foi amistoso e com promessas de melhoria da qualidade de vida, sendo que posteriormente quem ia ao encontro das comunidades eram soldados armados e a postura era dar ordens em tom de ameaça, como lembrar que o descumprimento das ordens poderia acarretar em prisão ou perdas dos direitos anteriormente pactuados. As pessoas que vivem na sede não tiveram percepção efetiva da presença do CLA, pois não perderam patrimônio, fazendo uso do hospital da cidade e da escola municipal de Ensino Fundamental, e das escolas estadual e federal de nível médio.

O transporte mais utilizado para acesso ao município são as embarcações que fazem viagens diá-

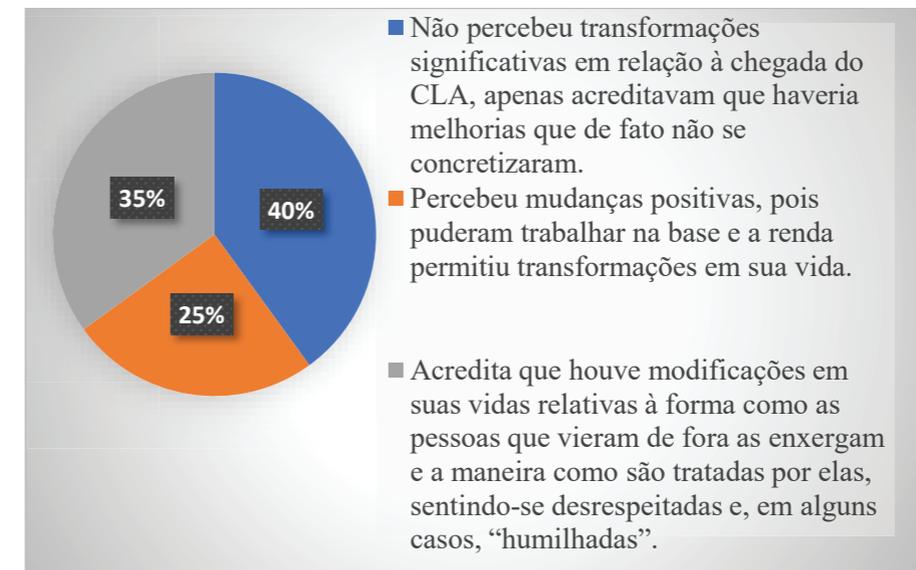
rias para a São Luís, mas as pessoas da zona rural dependem de veículos de transporte rodoviário até o porto. Por esse meio, os moradores das agrovilas perceberam mais mudanças em suas comunidades, pois ficaram distantes da escola e do hospital, além de não terem acesso a veículos para transportar crianças para a escola ou os adultos para a sede do município. Outro meio de transporte é através do Ferry Boat, distante mais de 40 km das agrovilas, também de acesso muito difícil aos moradores dos quilombos em razão do valor das passagens e falta de veículos.

Muitas pessoas que vivem no município de Alcântara têm necessidade de, se deslocarem para São Luís, a fim de estudar, fazer compras ou procurar tratamento de saúde. Independentemente da motivação do deslocamento, todo deverão custear suas passagens e suportar as dificuldades financeiras e físicas do traslado que é realizado em embarcações não adaptadas para portadores de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida em face de alguma contingência.

Acerca da memória de algum fator de impacto do indivíduo entrevistado, sem relação com a comunidade ou com a família, (Gráfico 5), 40% responderam não ter percebido transformações significativas em sua vida pessoal nas últimas décadas, em função

da instalação do CLA. Contudo, expressaram decepção com a esperança de transformações positiva da realidade local, fato que nunca se concretizaram.

**Gráfico 5:** Impactos na vida pessoal com a implantação do CLA



**Fonte:** Dados da pesquisa

O percentual de 25% alegou ter tido modificações positivas com a chegada do CLA, principalmente aqueles que lá trabalharam ou auferiram algum ganho, em especial, quem investiu em imóveis de aluguel, pousadas e restaurantes, enquanto 35% relataram ter suas vidas marcadas pelas relações interpessoais durante o contato com as pessoas de outras



regiões no CLA, mediante a reafirmação da pobreza, e o sentimento de estar sendo “humilhadas” as fez ter outra percepção dessas pessoas.

Alguns relatos exemplificam o cenário descrito, como o caso de moradores que disseram ouvir afirmações do tipo “esse povo gosta de ser pobre”, “são burros, só servem pra trabalho braçal”, “faça apenas o que lhe mandam e seja invisível aqui dentro”, são relatos de abordagens que levaram esses indivíduos a desenvolverem antipatia ou perderem a esperança de que o CLA traria algum benefício.

No dia da transferência, os caminhões do CLA chegaram aos povoados e levaram as pessoas e seus poucos pertences para as agrovilas. As casas antigas foram destruídas e os moradores proibidos de voltar lá. Um cenário que remete a uma guerra, onde as perdas materiais se equiparam às perdas de memória e de identidade.

### **Considerações finais**

Das entrevistas com os habitantes da região, pode-se perceber que os moradores das agrovilas têm visão e postura diferentes das pessoas que há muitos anos habitam a sede do município, afinal, os deslocados foram os maiores prejudicados no processo de deslocamento.

Algumas pessoas que vivem na sede vêm muitos aspectos positivos na presença do CLA e até temem uma possível desativação do Programa. Além das obras de infraestrutura como o reaparelhamento do terminal do Cujupe e a manutenção da rodovia MA, incluindo o asfaltamento do ramal até a sede de Alcântara, muita gente construiu quartos de aluguel e restaurantes, além de adquirir veículos de transportes, como vans e ônibus para aluguel aos operadores dos projetos, o que trouxe grande prosperidade a estes empresários, notadamente quando do acordo entre o Brasil e a Ucrânia.

A reforma da MA 106 facilitou o deslocamento até no município e até as cidades da região, além da abertura de ramais para as agrovilas e povoados, permitindo o transporte de passageiros e o escoamento da produção em veículos como motos, carros, ônibus e caminhões a partir dos povoados. Muitas dessas obras foram realizadas inicialmente com a chegada do CLA e posteriormente com a parceria com a Ucrânia. A modernização do porto do Cujupe, povoado de Alcântara que recebe os ferry boat oriundos da ponta da Espera, em São Luís, por onde ocorre grande fluxo de pessoas, automóveis e cargas.

Há que se reconhecer a importância dos investimentos em infraestrutura para a região, mas a



desconsideração das peculiaridades locais mediante a decisão de implantação de grandes empreendimentos sem consulta prévia pode acarretar às comunidades resultados negativos para a economia e a organização social, comprometendo a identidade individual e coletiva.

Pela percepção dos moradores das áreas atingidas, é possível avaliar que a presença do CLA trouxe e ainda deve agregar benefícios variados, destacando que a gestão do processo deverá passar preferencialmente por decisões coletivas e pactuadas, contemplando os interesses da maioria e a responsabilização coletiva dos resultados. A maioria absoluta dos entrevistados manifesta empatia pelo CLA na região, pelos aspectos favoráveis do ponto de vista geográfico e econômico para o país, mas que podem ser revertidos para as comunidades através de melhorias da qualidade de vida da população.

Antes do CLA, a cidade de Alcântara não possuía hotéis e restaurantes, o que reduzia substancialmente a possibilidade da visitação de turistas. Via de regra, os visitantes vinham de São Luís e voltavam no mesmo dia pela precariedade da infraestrutura hoteleira. Esta deficiência foi relativamente contornada, apesar do pequeno número de hotéis e pousadas, registrando-se grande demanda de pessoas de

outros estados e até outros países, notadamente no período do projeto Cyclone Space IV.

A pavimentação da MA 106 estimulou a compra de Vans e outros tipos de veículos empregados no transporte de passageiros e de pequenas cargas, o que facilitou o deslocamento de pessoas e de parte da produção via ferry boat para São Luís, para outras cidades da região.

A implantação do campus do IFMA ampliou a oferta de vagas escolares de Ensino Médio de melhor qualidade, possibilitando o acesso de muitos estudantes que ficavam sem estudo por não terem condições de se descolar para cidades próximas, além da vinda de professores que se hospedam nas pousadas.

Todo esse processo demonstra que existem diversas possibilidades de crescimento econômico e desenvolvimento na região. Muitos entrevistados fizeram relatos de preocupação com a possibilidade de o CLA ser deslocado para outra região do país, de forma que fica clara a necessidade de se garantir o direito das propriedades dos quilombolas e desenvolver políticas públicas sustentáveis, de maneira a aumentar o nível de aceitação das comunidades.

Nas entrevistas, as pessoas que não foram diretamente afetadas de modo negativo pelas ações do Centro de Lançamento de Alcântara não manifestam



rejeição ao projeto e até as que sofreram danos materiais e pessoais, em alguns casos, ainda esperam ter algum tipo de ganho em qualidade de vida com as possibilidades futuras de funcionamento do CLA.

Defende-se que as várias associações e comissões que representam variadas categorias de atores sociais no município, como o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município - STTR, o Movimento dos Atingidos pela Base Aérea - MABE, o Movimento das Trabalhadoras Rurais de Alcântara - MONTRA, podem e devem ter participação ativa nos processos decisórios acerca do futuro das ações do CLA na região, quando afetarem seu modo de vida e sua rotina, pois desta maneira se espera ter a chance de que as decisões possam ser avaliadas e reavaliadas, ao longo do tempo, para sua correção e adequação, sempre em busca do respeito e preservação da identidade cultural dos povos.



## Referências

ALVES, J. E. D. O impressionante crescimento da população humana através da história. **EcoDebate**, Rio de Janeiro, 5 abr. 2017. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2017/04/05/o-impressionante-crescimento-da-populacao-humana-atraves-da-historia-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 10 set. 2021.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 1982.

COSTA, I. E. da. **A ressignificação da identidade quilombola na comunidade de Paratibe**: uma análise a partir dos processos de resistência. 2016. 176 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

ELIAS, N. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

FEITOSA, Antonio Cordeiro. Ambiente e cultura no Maranhão Colonial: a contribuição dos saberes dos indígenas. In: DIAS, José Alves; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha (orgs.). **Cultura, educação, memória e saberes**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

GIACOMINI FILHO, G. **Meio ambiente e consumismo**. São Paulo: SENAC, 2008.

HAAS, Ingrid Freire. Realidade hegemônica e universalismo europeu: a colonialidade do poder. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, n. 37, p. 99-115, dez. 2017.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centenário Editora, 3<sup>a</sup> reimpressão, 2008.



HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse do censo demográfico 2010: Brasil. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>. Acesso em: 20 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Os quilombolas e a Base de lançamento de foguetes de Alcântara**. Brasília: Centro Nacional de Informação, Tecnologias Ambientais e Editoração, 2006.

LUCIANO, G. dos S. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, DF: Unesco, 2006. (Coleção Educação para Todos. Série Via dos Saberes).

MOTA, L. de A. e. O novo desenvolvimentismo e a questão social na atualidade. **Polêmica**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 1-12, jul. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/17836/13247>. Acesso em: 19 maio 2021.

PEREIRA, J. de J. **Na fronteira do cárcere e do paraíso**: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico**. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP, 2014.

PUBLICADOR MARANHENSE, 49, Vendas. São Luís, 03 abr., 1844, p. 4. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720089/per720089\\_1843\\_00049.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720089/per720089_1843_00049.pdf). Acesso em: 10 set., 2021.



PUBLICADOR MARANHENSE, 172, Repartição da Polícia. São Luís, 06 jan., 1844, p. 3. Disponível em: <http://memória.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720089&pagfis=649>. Acesso em: 06 mar., 2022.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François et al., 3ª Reimpressão. Campinas: Editora UNICAMP, 2018.

SCHMIDT, F. de H. Desafios e oportunidades para uma indústria espacial emergente: o caso do Brasil. **Texto para Discussão**, Brasília, DF, n. 1667, p. 1-72, 2011.

SILVA, I. S. da. Como os trabalhadores negros do Maranhão apareciam no Jornal Publicador Maranhense nos anos de 1840? In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA NACIONAL, 29, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: UNB, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

UDRY, C.; EIDT, J. S. **Conhecimento tradicional conceitos e marco legal**. Brasília, DF: Embrapa, 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.